

CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº

, DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon)

Requer audiência pública para debater a transferência de competências do Exército Brasileiro (EB) à PF das atribuições de fiscalização, controle e autorização de armas e munições.

Senhor presidente:

Requeiro à V. Ex^a., com base no art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno, audiência pública da Comissão de segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater a transferência de competências do Exército Brasileiro (EB) à PF das atribuições de fiscalização, controle e autorização de armas e munições.

Solicito que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Defesa;
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- > Sr. Presidente da Associação Nacional do Movimento Pró-Armas;
- > Sr. Presidente da LINADE;
- > Sr. Presidente da CBTT;
- ➤ Sr. Presidente da Associação Brasileira de Caçadores;
- > Sr. Presidente da CBTC;
- Sr. Fabrício Rebelo;







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

JUSTIFICAÇÃO

A recente transferência das competências de fiscalização, controle e autorização de armas e munições do Exército Brasileiro para a Polícia Federal requer um debate aprofundado no âmbito da Câmara dos Deputados. Solicita-se, portanto, a realização de uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) para analisar as implicações dessa mudança e promover um espaço de diálogo sobre os desafios e potenciais melhorias desse processo. Essa transferência afeta diretamente diversos segmentos da sociedade, especialmente colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs), além de influenciar a política de segurança pública e o combate ao tráfico ilegal de armas. Logo, a necessidade de um debate qualificado é evidente, pois traz à tona as preocupações e demandas de diferentes setores e permite que a sociedade entenda melhor as consequências desse novo modelo de controle de produtos bélicos.

A importância da realização dessa audiência se justifica também pela necessidade de esclarecimentos sobre os reais motivos e justificativas para a transferência das atribuições do Exército para a Polícia Federal. O Parlamento deve acompanhar de perto as mudanças, avaliar se atendem aos princípios de eficiência, transparência e segurança, e verificar se o novo modelo de gestão cumpre seu objetivo de aprimorar a fiscalização e o controle de armas no Brasil. Esse debate público poderá envolver representantes do Exército Brasileiro, da Polícia Federal, estudiosos de políticas de desarmamento, representantes dos CACs e especialistas em segurança pública, que terão a oportunidade de expor diferentes perspectivas e contribuir com análises técnicas.

A CSPCCO, como comissão focada em segurança pública, é o fórum adequado para liderar essa discussão. A fiscalização e o controle de armas e munições são elementos fundamentais na prevenção de crimes violentos e no enfrentamento ao crime organizado, atividades que estão na esfera de atuação da Comissão. Com a nova atribuição de controle e fiscalização de armas transferida ao órgão policial federal, torna-se pertinente que a Comissão acompanhe o processo de implementação desse







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

acordo de cooperação e avalie suas consequências práticas para a sociedade e para a segurança pública.

Por fim, a audiência pública permitirá que sejam esclarecidos detalhes técnicos e operacionais dessa nova estrutura de gestão, inclusive sobre a capacitação de agentes e a integração dos sistemas de controle do Exército e da Polícia Federal. Essa audiência proporcionará uma base sólida para eventuais aprimoramentos legislativos e normativos, fortalecendo a segurança, a eficiência e a transparência do novo sistema. Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação deste requerimento e realização de Audiência Pública que dê a este colegiado a oportunidade de debater a matéria com maior profundidade.

Sala da comissão, em 12 de novembro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



